

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 3

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 3

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Emely Guarez
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 As políticas públicas frente a transformação da sociedade 3
[recurso eletrônico] / Organizador Elói Martins
Senhoras. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-448-1

DOI 10.22533/at.ed.481202909

1. Brasil – Política e governo. 2. Políticas públicas –
Brasil. 3. Sociedade. I. Senhoras, Elói Martins.

CDD 320.981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A realidade das políticas públicas tem se tornando claramente complexas em função do número crescente de temáticas que, não apenas o Estado, mas a própria Sociedade Civil, passa a lidar no dia-a-dia no interesse da *res pública*, o que torna este campo de estudos particularmente rico na conformação de agendas de pesquisas e na projeção de análise descritivas e prescritivas com base em diferenciados paradigmas ideológicos.

Tomando como objeto central de pesquisa a realidade empírica das políticas públicas no Brasil, a presente obra se apresenta como um trabalho coletivo desenvolvido com várias mãos e em colaboração intelectual em distintas partes do país, resultando assim em uma peça investigativa que suscita um olhar plural por meio da combinação de distintos recortes teórico-metodológicos.

Fruto de um trabalho coletivo de 36 pesquisadoras e 18 pesquisadores oriundos de Instituições de Ensino Superior público e privadas, bem como de Instituições da Administração Pública, a presente obra apresenta o resultado de pesquisas desenvolvidas de modo colaborativo em 13 estados, refletindo assim sobre as políticas públicas em todas as cinco macrorregiões brasileiras.

Escrito por meio de uma linguagem simples e acessível a um amplo público, o presente livro fundamenta sua narrativa discursiva a partir da combinação de um conjunto de análises sobre a realidade das políticas públicas no Brasil em diferentes áreas temáticas, a qual se manifesta empiricamente em distintas escalas de espacialização ou mesmo de periodização no tempo.

O livro “As Políticas Públicas frente à Transformação da Sociedade 3” apresenta uma visão maximalista sobre as políticas públicas no Brasil a partir de uma leitura plural que se fundamenta em três eixos temáticos, sendo eles, respectivamente relacionadas a Administração Pública, Estado de Bem Estar Social (*Welfare State*), e Políticas Urbanas, Rurais, Fronteiriças e de Planejamento Territorial.

No primeiro eixo temático, 4 agendas de estudos sobre a Administração Pública são apresentadas por meio de discussões relacionadas às políticas públicas que valorizam a teoria do capital humano na gestão da inovação no setor público, mecanismos de controle social na Administração Pública, monitoramento e avaliação na gestão pública, bem como os processos motivacionais de agenda *setting*.

No segundo eixo temático, 6 capítulos exploram o sistema de proteção social e o mutagênico Estado de Bem Estar Social no Brasil, por meio de uma série de discussões que versam sobre desigualdade de renda no país, Sistema Único de Assistência Social, previdência, bem como temas de crescente abertura não estatal a atores de Economia Solidária e a Organizações da Sociedade Civil.

No terceiro eixo temático, os 9 capítulos finais do livro são apresentados por meio de discussões que versam sobre as políticas públicas de turismo, habitação e cultura na periferia, bem como políticas específicas que incidem nas fronteiras ou no contexto rural relacionadas à agricultura familiar, extensão rural e à participação de instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Com base nos 19 capítulos apresentados nesta obra, por meio de uma lógica discursiva de gradação crescente nas temáticas abordadas, a pluralidade de pensamento se manifestou como uma peça chave para abordar distintas realidades temáticas das políticas públicas no tempo e no espaço, com base em *expertises* específicas dos pesquisadores envolvidos e em recortes teórico-metodológicos variados que valorizam a riqueza deste campo de estudos. Sejam todos bem vindos ao campo das políticas públicas. Excelente leitura!

. Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

O FATOR HUMANO COMO ELEMENTO IMPRESCINDÍVEL PARA A GESTÃO DA INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Geralda Genuina da Fonseca

Ruy Alves Rodrigues Pinheiro

Júnior Cleber Alves Paiva

Mariana Silveira de Oliveira

Rafael Luis da Silva

DOI 10.22533/at.ed.4812029091

CAPÍTULO 2..... 13

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA: EXPERIÊNCIA DO PROJETO PRÓ-SEMIÁRIDO NA BAHIA

Carla Silva Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.4812029092

CAPÍTULO 3..... 23

CONTROLE SOCIAL NA GESTÃO PÚBLICA: ESTUDO COM SUPORTE EM UM CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

Gislan Santos Sampaio

Jacqueline Cunha da Serra Freire

Fabiana Pinto de Almeida Bizarria

DOI 10.22533/at.ed.4812029093

CAPÍTULO 4..... 34

MOTIVAÇÕES PELAS QUAIS UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DEVA SE INTERESSAR PELAS POLÍTICAS PÚBLICAS PROTETIVAS DA INTEGRIDADE FÍSICA E PSÍQUICA DOS ANIMAIS

Nilsen Aparecida Vieira Marcondes

DOI 10.22533/at.ed.4812029094

CAPÍTULO 5..... 52

O DEBATE SOBRE A DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL: A CONTROVÉRSIA DOS ANOS 70 E A CONVERGÊNCIA NOS ANOS 90

Rodrigo Mendes Gandra

DOI 10.22533/at.ed.4812029095

CAPÍTULO 6..... 73

QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICAS SOCIAIS E A CENTRALIDADE NA FAMÍLIA COMO PADRÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Lúcia Helena Dantas Martins

Ariele França de Melo

Andressa Sonja Pereira de Castro

Jéssica Katariny Oliveira da Silva

Emanuelle Monaliza de Sousa Gomes

Maria Tereza Martins de Souza

Leane Taise da Mota
Letícia Karoline Brito Medeiros Dantas
Felippe Silva dos Santos
Thássila Tamires Batista Alves
Shirlany Sayonara França Bezerra
Luana Maria Miranda de Moura Silva

DOI 10.22533/at.ed.4812029096

CAPÍTULO 7..... 85

O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) E A PERSPECTIVA DO TRABALHO INTERDISCIPLINAR

Gissele Carraro
Jane Cruz Prates
Solange Emilene Berwig

DOI 10.22533/at.ed.4812029097

CAPÍTULO 8..... 98

PERSPECTIVAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DO BRASIL: ENTRE A PREVIDÊNCIA OBRIGATORIA E A PREVIDÊNCIA VOLUNTÁRIA

Cleci Maria Dartora
Wilson Itamar Godoy

DOI 10.22533/at.ed.4812029098

CAPÍTULO 9..... 111

PROJETO OSC LEGAL: ADEQUAÇÃO LEGAL E CAPACITAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Edna Alves Muniz
Ana Laura Lavor de Castro

DOI 10.22533/at.ed.4812029099

CAPÍTULO 10..... 120

POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: SOB O PÊNDELO DA SUPERAÇÃO OU MANUTENÇÃO DO SISTEMA?

Caroline Goerk
Fábio Jardel Gaviraghi
Gleny Terezinha Duro Guimarães

DOI 10.22533/at.ed.48120290910

CAPÍTULO 11..... 132

A ROTA DAS EMOÇÕES NO CONTEXTO TURÍSTICO DO ESTADO DO PIAUÍ/ BRASIL

Simone Cristina Putick
Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira
Luzia Neide Coriolano
Milton Augusto Pascotto Maniane
Maria Majaci da Silva

DOI 10.22533/at.ed.48120290911

CAPÍTULO 12.....	145
IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO PARA AS CIDADES	
Maria Laís Alves de Araujo	
Francisco Lucas de Lima Fontes	
Amanda Virgínia Lima do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.48120290912	
CAPÍTULO 13.....	156
POLÍTICAS CULTURAIS PARA AS PERIFERIAS – ESTUDO DE CASO “A BATALHA DOS BARBEIROS”	
Veronica Diaz Rocha	
Newton Augusto Cardoso de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.48120290913	
CAPÍTULO 14.....	171
A CONTRIBUIÇÃO DA EMBRAPA AMAZÔNIA OCIDENTAL PARA POLÍTICAS PÚBLICAS	
Joanne Régis Costa	
DOI 10.22533/at.ed.48120290914	
CAPÍTULO 15.....	182
INCLUSÃO PRODUTIVA: UM OLHAR SOBRE A EXTENSÃO RURAL NO PROGRAMA DO BIODIESEL NO PIAUÍ	
Maria Elza Soares da Silva	
Cristiane Lopes Carneiro d’Albuquerque	
Luzineide Fernandes de Carvalho	
Boanerges Siqueira d’Albuquerque Junior	
DOI 10.22533/at.ed.48120290915	
CAPÍTULO 16.....	194
O ZONEAMENTO AGROECOLÓGICO DA CANA-DE-AÇÚCAR EM GOIÁS NO CONTEXTO DOS SEUS OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE: UMA AVALIAÇÃO EM PROFUNDIDADE	
André Luiz Miranda Silva Zopelari	
DOI 10.22533/at.ed.48120290916	
CAPÍTULO 17.....	209
POLÍTICAS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO EM MUNICÍPIOS DE FRONTEIRA INTERNACIONAL: UM OLHAR PARA A REGIÃO FUNCIONAL 7/RS	
Edemar Rotta	
Neusa Rossini	
DOI 10.22533/at.ed.48120290917	
CAPÍTULO 18.....	223
MEDIAÇÃO FAMILIAR NA FRONTEIRA BRASIL – BOLÍVIA: UM INSTRUMENTO POSSÍVEL DE COOPERAÇÃO MÚTUA	
Noemi Correa de Oliveira Feitosa	
Elisa Pinheiro de Freitas	

DOI 10.22533/at.ed.48120290918

CAPÍTULO 19.....235

A JUDICIALIZAÇÃO DE REGISTROS TARDIOS DE NASCIMENTO NA COMARCA DE
CORUMBÁ/MS

Adauto Ajala Dourado

DOI 10.22533/at.ed.48120290919

SOBRE O ORGANIZADOR.....251

ÍNDICE REMISSIVO.....252

POLÍTICAS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO EM MUNICÍPIOS DE FRONTEIRA INTERNACIONAL: UM OLHAR PARA A REGIÃO FUNCIONAL 7/RS

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 06/07/2020

Edemar Rotta

Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS
Cerro Largo - RS

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9661112584933921>

Neusa Rossini

Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS
Cerro Largo - RS

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/32038600>

RESUMO: A situação de fronteira internacional, vivenciada por diversos municípios do Rio Grande do Sul e do país, remete a uma realidade que apresenta peculiaridades, necessitando estudos específicos de suas relações e interações com o entorno. Este artigo analisa algumas especificidades dos municípios de fronteira com a Argentina, pertencentes à Região Funcional 7, do Rio Grande do Sul, no decorrer da década de 2000, tais como: montante disponível relativo ao fundo público, investimentos aplicados em políticas sociais, comparação entre os indicadores de desenvolvimento dos municípios de fronteira e os não fronteiriços. Trabalha-se com dados secundários denominados “gasto por função”, dos respectivos municípios, obtidos junto ao site da Secretaria do Tesouro Nacional e com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Realiza-se uma análise qualitativa, visando apontar tendências e possibilidades de articulação e inter-relação entre recursos do fundo público e

indicadores de desenvolvimento. Consta-se crescimento expressivo nos valores do fundo público disponível e aplicados em políticas sociais; oscilações constantes nos percentuais aplicados em políticas sociais na relação com o total disponível para o “gasto por função”; e correlações entre aplicação do fundo público e indicadores de desenvolvimento, especialmente nas áreas de saúde e educação. Porém, percebe-se que, nos municípios de fronteira, os indicadores de desenvolvimento, especialmente os relativos à educação, são inferiores se comparados a municípios semelhantes que não se situam na fronteira, demandando políticas, investimentos e ações mais incisivas por parte do Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Fronteira Internacional, Fundo Público, Municípios, Políticas Sociais, Desenvolvimento.

SOCIAL POLICIES AND DEVELOPMENT IN INTERNATIONAL BORDER MUNICIPALITIES: A LOOK AT THE REGIÃO FUNCIONAL 7/RS

ABSTRACT: The international border situation, experienced by several municipalities in Rio Grande do Sul and in the country, refers to a reality that presents peculiarities, requiring specific studies of their relations and interactions with the surroundings. This article analyzes some specificities of the municipalities bordering Argentina, belonging to Região Funcional 7, in Rio Grande do Sul, during the 2000s, such as: amount available relative to the public fund, investments applied in social policies, comparison between development indicators for border and

non-border municipalities. We work with secondary data called “expense by function”, of the respective municipalities, obtained from the website of the Secretaria do Tesouro Nacional and with the Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. A qualitative analysis is carried out, aiming to point out trends and possibilities of articulation and interrelation between public fund resources and development indicators. There is a significant growth in the values of the public fund available and applied in social policies; constant fluctuations in the percentages applied in social policies in relation to the total available for “expense by function”; and correlations between the application of the public fund and development indicators, especially in the areas of health and education. However, it is clear that, in border municipalities, development indicators, especially those related to education, are inferior when compared to similar municipalities that are not located on the border, demanding more incisive policies, investments and actions by the State.

KEYWORDS: International Border, Public Fund, Counties, Social Politics, Development.

1 | INTRODUÇÃO

O termo fronteira remete a múltiplos significados possíveis. Os mais utilizados na literatura das ciências humanas e sociais centram-se em aspectos territoriais e sociais. Estar na fronteira significa estar em um “espaço limite”, entre o pertencimento e o não pertencimento; entre a identidade e a diferença; entre o ser e o não-ser. Porém, também representa um espaço de relações privilegiadas entre os diferentes. Este texto reflete sobre a condição de fronteira dos municípios que integram a área de fronteira com a Argentina, denominada Região Funcional 7 (RF7), pertencente as áreas de Planejamento do estado do Rio Grande do Sul (RS).

Tem-se presente a diversidade de estudos teóricos a respeito da regionalização de um território, bem como os diversos aspectos que as fundamentam, tais como processos históricos, topográficos, climáticos, político-administrativos, entre outros (PAIVA; TARTARUGA; ALONSO, 2010). Neste estudo adota-se a compreensão de região definida pela constituição dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), que se tornaram referência para a divisão territorial do RS, a partir de 1994 (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

A partir de 2006, em decorrência do diagnóstico apresentado pelo “Rumos 2015”¹, os COREDES foram agrupados em 9 Regiões Funcionais de Planejamento (Mapa 1). “Esta regionalização considerou critérios de homogeneidade econômica, ambiental e social e na adequação das variáveis correspondentes de identificação das polarizações” tais como empregos, transportes, rede urbana, saúde e educação superior (BÜTTENBENDER; SIEDENBERG; ALLEBRANDT, 2011, p. 88).

Esse agrupamento dos municípios é referência para desenvolver agendas de acordo com as dificuldades encontradas nas regiões e impulsionar potencialidades das diferentes áreas, mobilizar recursos públicos e privados, assim como articular políticas

1. Para maiores informações vide: <http://planejamento.rs.gov.br/rumos-2015>.

para impulsionar o desenvolvimento. Dentre os fatores tradicionais que contribuem com o desenvolvimento de uma região pode-se destacar a disponibilidade de infraestrutura física, a formação histórica, as formas de organização empresarial e produtiva, os fatores de produção e localização, os arranjos societários, o capital social, dentre outros, que favorecem sua dinamicidade, geração e distribuição de riqueza.

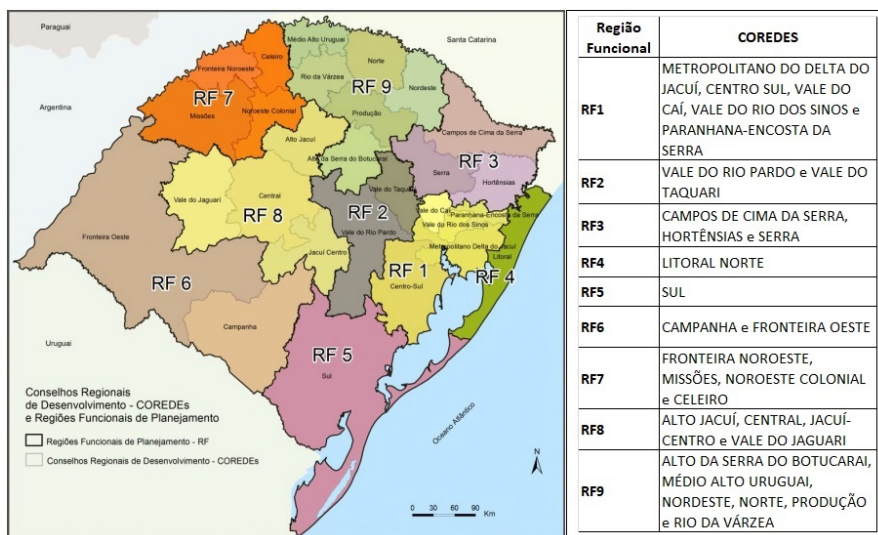


Figura 01: Mapa das Regiões Funcionais dos COREDES no Rio Grande do Sul.

Fonte: RIO GRANDE DO SUL (2018).

Os municípios de fronteira, especialmente no caso brasileiro, têm encontrado maiores dificuldades que os demais para a efetivação destes fatores tradicionais impulsionadores do desenvolvimento. A vigência da “Ideologia da Segurança Nacional”², bem como as dificuldades de manter, no longo prazo, políticas e relações internacionais proativas, por parte do governo brasileiro, podem ser fatores que auxiliam a explicar esta realidade.

A Constituição de 1988, mesmo que ainda mantenha limitado o poder dos municípios de fazer políticas de fronteira, ampliou a responsabilidade dos mesmos na definição e na execução de políticas impulsionadoras do desenvolvimento, especialmente as políticas sociais. A partir de 1990 os municípios passaram a experimentar maior autonomia e o poder público local passou a ser referência para os cidadãos na execução das principais políticas sociais, em especial a educação e a saúde (ABRUCIO, 2005). Por conseguinte, o poder público municipal transformou-se em agente corresponsável pelas políticas

2. Pensamento geopolítico desenvolvido durante a vigência do Regime Militar (1964 a 1985) que entendia o estrangeiro como inimigo e a fronteira como espaço de risco, que deveria ser isolado, guarnecido e protegido da possível invasão do estrangeiro. Esta visão criou uma legislação restritiva ao desenvolvimento dos municípios de fronteira, cujas consequências ainda hoje se fazem presentes em grande parte deles.

públicas e uma via de mudança concreta da realidade na qual os cidadãos estão inseridos. Mudanças essas que podem acontecer pela oferta de serviços ligados à saúde pública, ao saneamento básico, à educação e à assistência social que contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população (ABDALA, 2008).

Estudos sobre a região Noroeste do Rio Grande do Sul realizados por Rotta (2007 e 2012) e Rotta, Lago e Rossini (2017) avaliaram a relação entre aplicação do fundo público em políticas públicas sociais³ e dinâmicas de desenvolvimento nos municípios da região, ao longo das décadas de 1990 e 2000. Os estudos evidenciaram que os aumentos nos montantes e nos percentuais de aplicação do fundo público em políticas sociais tiveram repercussões diretas na melhoria dos indicadores de desenvolvimento, representados nas variáveis que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Porém, estes mesmos estudos apontaram situação peculiar vivida pelos municípios de fronteira com a Argentina, nos quais constata-se diferencial expressivo nos indicadores de desenvolvimento quando comparados com municípios semelhantes, da mesma região, mas não situados em espaços de fronteira.

Esta constatação motivou a realização de estudo específico a fim de verificar se estes diferenciais encontram correlação com a aplicação do fundo público em políticas sociais ou devem ser buscadas outras variáveis explicativas. Tem-se presente que se tratam de pequenos municípios, com população de até 15 mil habitantes (IBGE, 2017) e que possuem base produtiva assentada na agropecuária, na pequena indústria, no pequeno comércio e na prestação de serviços, especialmente os públicos. Resultados deste recorte são apresentados neste artigo.

O artigo está estruturado em três partes essenciais. Na primeira delas busca-se situar a Região Funcional 7, em suas características de constituição histórica e de contexto atual. A segunda aborda a metodologia utilizada no estudo e os conceitos fundamentais que embasam a pesquisa. A terceira apresenta os principais resultados identificados.

2 | BREVE CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO FUNCIONAL 7

A área pertencente a RF7, composta pelos COREDES Celeiro, Fronteira Noroeste, Missões e Noroeste Colonial, nos séculos XVII e XVIII, teve sua trajetória histórica marcada pela experiência das Reduções Jesuíticas. A experiência reducional ou missioneira foi responsável por desenvolver, na região, um modelo de organização socioeconômica que se diferenciava daquele da ocupação portuguesa (estâncias), presente em grande parte do RS, incluindo regiões vizinhas, como a campanha gaúcha (ZARTH, 1997).

A desagregação da experiência missioneira, em decorrência dos acordos entre Portugal e Espanha que levaram à troca da região missioneira pela Colônia de Sacramento, a expulsão dos jesuítas e o massacre dos guaranis aldeados, desencadeou um processo

3. As políticas sociais constantes no estudo foram: educação, cultura, saúde, saneamento, habitação, urbanismo, previdência, assistência social e trabalho.

de (re)colonização, a partir de meados do século XIX. A reocupação, com base em imigrantes europeus não ibéricos e seus descendentes, muitos deles provenientes das Colônias Velhas e das Novas Colônias do Planalto Gaúcho, tinha por objetivo implantar um novo modelo de organização socioeconômica, fundado na pequena propriedade familiar, no desenvolvimento da agropecuária, no pequeno comércio e na pequena indústria. Um modelo de ocupação que garantisse a defesa do território de fronteira e possibilitasse sua inserção na dinâmica socioeconômica do estado do RS e do próprio Brasil (ROTTA, 2007).

A instabilidade da ocupação do território da fronteira era preocupação constante do governo brasileiro, desde o período imperial. Ocupações com base na pequena propriedade familiar já haviam sido defendidas neste período e implantadas em outras províncias, a exemplo do Rio de Janeiro e de São Paulo. Tratava-se de um modo eficiente de garantir a posse do território e, ao mesmo tempo, fomentar uma estrutura produtiva complementar ao modelo agrário exportador dominante (ROTTA, 1999).

Com a Proclamação da República, em 1889, e a promulgação da Constituição Brasileira em 1891, as terras públicas foram passadas para os Estados, que ficaram responsáveis pela implantação de novos processos de colonização. No RS a colonização buscava contenção de conflitos pela posse da terra, aumento da produção agrícola e integração da sociedade rio-grandense (ROTTA; BÜTTENBENDER; HÖFLER, 2016).

No Noroeste do RS o projeto de (re)colonização foi marcado por intensos conflitos entre os remanescentes indígenas, os caboclos miscigenados (resultantes da miscigenação entre índios, negros, portugueses e espanhóis) e os europeus não ibéricos e seus descendentes. A ação do governo estadual, com a criação das colônias oficiais (e exemplo de Ijuí, em 1890, Guarani, em 1891, e Santa Rosa, em 1914) e o incentivo a implantação de colônias particulares (a exemplo de Cerro Azul e Campina, em 1902, e Boa Vista, em 1912), foi consolidando núcleos urbanos e rurais que rapidamente criaram as bases de um novo projeto societário que viabilizava a integração da região ao projeto nacional de fortalecimento de um mercado interno, comprador de produtos industrializados e vendedor de alimentos para abastecer as regiões agroexportadoras (ROTTA; BÜTTENBENDER; HÖFLER, 2016).

Pode-se dizer que a RF7 tem sua formação histórica marcada pela tensão entre quatro grandes modelos societários: o das Reduções Jesuíticas, o dos caboclos miscigenados, o das estâncias agropastoris e o da (re)colonização a partir dos imigrantes europeus não ibéricos e seus descendentes. Por vezes estes modelos se complementam e se mesclam, por outras entram em conflito, levando a exclusões reiteradas dos não hegemônicos no processo (ROTTA, 1999). Neste cenário afirmaram-se como polos regionais os municípios de Ijuí, Santa Rosa e Santo Ângelo. Esses municípios possuem relevância no contexto regional por estarem na base político-administrativa de constituição da grande maioria dos demais. Nesta condição passaram a concentrar o maior número de habitantes, de empresas, de estruturas produtivas, de serviços públicos e privados, do Produto Interno

Bruto (PIB) regional e da arrecadação fiscal, tornando-se uma espécie de referência para os municípios dos seus respectivos entornos.

Os COREDES Celeiro, Fronteira Noroeste, Missões e Noroeste Colonial representam quase 10% do território gaúcho e possuem população de 759.591 habitantes, correspondendo a 7% da população do RS, sendo que 31% residem na área rural, e 69% na área urbana. A região possui menor participação da indústria da transformação na formação do PIB, em comparação com o RS, pois a produção está mais voltada para as atividades agropecuárias, que se caracterizam pelo grande número de pequenas propriedades familiares, com produção diversificada e presença de propriedades com elevado nível de mecanização e tecnologia. O PIB da RF7, em 2012, era de R\$ 16,3 bilhões, correspondendo a 5,9% do PIB estadual. O perfil da região aponta para problemas relativos à logística de transporte, baixa exploração do potencial turístico, manutenção da cadeia produtiva metal-mecânica e integração com universidades e centros de pesquisas regionais (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

No período 2000/2010, a RF7 apresentou a menor taxa de crescimento demográfico do RS, de -0,31% ao ano, que indica redução do número de habitantes (RIO GRANDE DO SUL, 2015). Muitas regiões de fronteira do Brasil foram diagnosticadas pelo Programa Nacional de Desenvolvimento Regional como estagnadas, por apresentarem característica de constante perda populacional e desigualdade em relação aos centros mais dinâmicos (núcleos urbanos que atraem pessoas, que se deslocam em busca de oportunidades) (BRASIL, 2013). Bandeira (2013) destaca que áreas de fronteira do RS onde ocorreu efetivo crescimento do PIB, não podem ser classificadas como dinâmicas, por tratar-se de um tipo ineficiente de dinamismo, incapaz de gerar oportunidades e frear a emigração, que provoca queda na quantidade de habitantes em determinadas regiões. Stenner (2017) esclarece que o esvaziamento de algumas regiões possui duplo caráter, que culmina no fortalecimento dos centros regionais (polos regionais) e o enfraquecimento dos pequenos municípios do entorno regional.

Com relação a representatividade política, Peixoto (2017) destaca que o RS possui participação marginal das regiões de fronteira, tendo “aproximadamente trinta deputados e apenas três ou quatro representam a Faixa de Fronteira, que ocupa mais da metade do território gaúcho e possui cidades importantes” (p. 55-56) e que muitas vezes as políticas públicas são elaboradas considerando-se a perspectiva do centro.

Ao total são 77 municípios que integram a RF7. Destes foram selecionados os situados na fronteira com a Argentina, pertencentes ao COREDE Celeiro, Fronteira Noroeste e Missões. O COREDE Noroeste Colonial não é limítrofe da fronteira internacional com a Argentina, posicionando-se mais ao leste do RS, portanto, mesmo pertencendo a RF7, não terá municípios selecionados para a pesquisa. Os municípios fronteiriços⁴ da RF7 são 15, sendo eles:

4 O município de Barra do Guarita, pertencente ao COREDE Celeiro, não foi incluído na pesquisa pois seu limite geográfico é com Santa Catarina.

COREDE Celeiro	COREDE Front. Noroeste	COREDE Missões
1 Crissiumal	1 Alecrim	1 Garruchos
2 Derrubadas	2 Doutor Maurício Cardoso	2 Pirapó
3 Esperança do Sul	3 Novo Machado	3 Porto Xavier
4 Tiradentes do Sul	4 Porto Lucena	4 Roque Gonzales
	5 Porto Mauá	5 São Nicolau
	6 Porto Vera Cruz	

Quadro 01: Municípios da RF7 que se situam na fronteira com a Argentina – por COREDE.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

3 I METODOLOGIA E CONCEITOS DE REFERÊNCIA

A metodologia adotada no desenvolvimento do estudo teve, predominantemente, o enfoque qualitativo do problema de investigação (SAMPLIERI; COLLADO; LUCIO, 2013), pois buscou-se apontar tendências e possibilidades de articulação e inter-relação entre recursos do fundo público aplicados e indicadores de desenvolvimento. Quanto à finalidade, foi de alcance descritivo, no qual a meta é descrição do fenômeno, buscando especificar características, perfis, traços importantes, assim como a tendência de um grupo, população ou qualquer outro fenômeno que se submeta a análise (SAMPLIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). Quanto aos procedimentos técnicos, contou com o aporte bibliográfico e documental (PRODANOV; FREITAS, 2013).

O desenho da pesquisa foi do tipo longitudinal retrospectivo, que permitiu a identificação das variações periódicas ocorridas (VIEIRA, 2006) em determinadas categorias, conceitos, eventos, variáveis, contextos ou comunidades (SAMPLIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). A variável acompanhada na sequência temporal, entre 2000 e 2010, foi o montante de despesas por funções utilizados pelos municípios e os percentuais do orçamento público aplicado nas políticas sociais selecionadas⁵. Adotou-se uma amostragem de municípios, por conveniência e não probabilística (POUPART et al, 2012), em face do interesse em estudar os municípios de fronteira com a Argentina pertencentes à Região Funcional 7 dos COREDES.

A análise longitudinal retrospectiva foi possibilitada pela coleta de dados secundários, buscados na base virtual da Secretaria do Tesouro Nacional (BRASIL, 2017), da qual foram extraídos dados contábeis referentes a composição das despesas por funções dos municípios e os montantes aplicados em políticas sociais. Na sequência foi composta a série histórica, de 2000 a 2010, do total de recursos utilizados nas despesas por funções e em políticas sociais. Para possibilitar a comparação, os valores foram atualizados para outubro de 2016 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2017), com base no Índice Geral de

5. Selecionou-se as políticas sociais de educação, cultura, saúde, saneamento, habitação, urbanismo, previdência, assistência social e trabalho.

Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas. Foi utilizada a estatística descritiva para realização da primeira leitura dos dados, que foram apresentados em quadros com percentuais. Os resultados foram interpretados com um viés qualitativo, acompanhando-se as oscilações nos percentuais aplicados em políticas sociais e, ao final, foram comparados com o desempenho dos indicadores de desenvolvimento (IDHM).

Como referências teóricas trabalhou-se com os conceitos de políticas sociais, fundo público e desenvolvimento. Castro (2012), ao realizar uma revisão da literatura a respeito das políticas sociais refere que não se pode falar da existência de uma definição inequívoca do que elas sejam, mas chama a atenção para o fato de que as diversas concepções adotadas por pesquisadores e formuladores de políticas estão preocupadas tanto com aspectos teóricos, quanto com aspectos ligados à prática concreta. Apesar das dificuldades e limitações no ele propõe que se entenda a política social como “sendo composta por um conjunto de programas e ações do Estado que se concretizam na garantia da oferta de bens e serviços, nas transferências de renda e regulação dos elementos do mercado” (p. 1014). Para tornar isso possível, a política social busca realizar dois objetivos conjuntos: a proteção social e a promoção social. Pfeifer (2014) destaca ainda que “as políticas sociais respondem ao conjunto de necessidades sociais humanas” (p. 748), que são construídas e reconstruídas historicamente de acordo com o “grau” de desenvolvimento das sociedades. O centro das políticas sociais são as necessidades humanas e não as de reprodução do capital.

Entende-se o desenvolvimento como um fenômeno multidimensional, que implica um processo de transformações da estrutura produtiva, das relações sociais, das instituições, da organização política, das bases culturais e da própria relação dos seres humanos com a natureza. É um fenômeno que acontece na dinâmica das relações sociais, como um processo social localizado, que conjuga crescimento econômico e melhoria das condições de vida da população como um todo, não sendo fruto do “espontaneísmo” ou apenas da ação de forças externas, mas produto das relações tensas e contraditórias que se estabelecem no interior das sociedades e na relação destas com as demais. Como tal é objeto dos jogos de forças, dos conflitos de classes, dos interesses dos diferentes grupos, das políticas públicas, dos governos e dos organismos nacionais e internacionais (POCHMANN, 2004; ROTTA, 2007). Ao destacar o caráter combinado e simultâneo do processo econômico com as demais dimensões (social, política, cultural e ambiental), se está afirmando uma visão de totalidade, bem ao inverso da compreensão neoliberal, centrada no econômico e no processo de reprodução do capital. Esta visão de totalidade e de complexidade do desenvolvimento remete ao enfoque histórico-estrutural, na tradição de Celso Furtado e Raúl Prebisch, amplamente conhecidos pela trajetória junto à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Trabalha-se como a ideia de que o fundo público “envolve toda a capacidade de mobilização de recursos que o Estado tem para intervir na economia” (SALVADOR, 2012,

p. 07) e nas demais dimensões de organização da sociedade, quer via empresas públicas, política monetária, fiscal e tributária ou orçamento público, visando o desempenho de suas múltiplas funções (BEHRING, 2010). Trata-se de parte do trabalho excedente que é apropriado pelo Estado a fim de que o mesmo desempenhe as atribuições que a correlação de forças sociais define como de responsabilidade do Estado. Os objetivos da política econômica e social, assim como a escolha dos mecanismos para sua implantação, estão diretamente ligados aos interesses de classe e envolvem negociações nas mais variadas e amplas arenas de disputas presentes na configuração de cada sociedade, em cada momento histórico.

4 I ALGUMAS EVIDÊNCIAS CONSTATADAS NA PESQUISA

Analisando a trajetória dos montantes do fundo público disponível aos municípios e os montantes aplicados em políticas sociais ao longo do período, percebe-se que há um crescimento expressivo dos recursos disponíveis e também dos montantes aplicados em políticas sociais em todos os municípios analisados. Em sete municípios (46,66% dos pesquisados) observa-se uma tendência de equilíbrio entre o crescimento do total do fundo público disponível e o total aplicado em políticas sociais. Em cinco municípios (33,33% dos pesquisados) o total aplicado nas políticas sociais cresce em proporção maior do que o crescimento do total disponível para o “gasto por função”, evidenciando uma priorização das políticas sociais na aplicação do fundo público. Destes cinco municípios, três integram o COREDE Celeiro, um o Fronteira Noroeste e um o Missões. Em três municípios (20% dos pesquisados) observa-se uma tendência de crescimento menor do aplicado em políticas sociais na relação com o total disponível para o “gasto por função”, denotando que as políticas sociais passam a ser preteridas em razão de outras prioridades. Estes três municípios estão situados no COREDE Missões.

O período em que se constata o maior crescimento do total disponível do fundo público para ser aplicado nas rubricas de “gasto por função” e, da mesma forma, nas políticas sociais, é entre 2006 e 2010. Período que coincide com o bom momento vivido pela economia brasileira e também com o “*boom das commodities*” que afetou positivamente a economia dos municípios pesquisados, a maior parte deles dependente do desempenho da agropecuária e da prestação de serviços públicos e privados (ROTTA; LAGO; HENTGES, 2018).

Detalhando um pouco mais a análise fez-se o levantamento dos percentuais aplicados em políticas sociais na relação com o total do fundo público aplicado nas rubricas “gasto por função”. Fica evidente a oscilação nos percentuais aplicados nas políticas sociais, em praticamente todos os municípios e ao longo de todo o período. Esta oscilação é para cima nos cinco municípios referidos no parágrafo anterior, com três deles (um de cada COREDE) apresentando patamares que saem de 43%, 44% e 45% do total dos recursos aplicados em

políticas sociais, no início da década, para 56%, 63% e 62%, respectivamente, ao final da década. Nestes casos percebe-se mudanças expressivas de priorização dos investimentos. A oscilação é para baixo em outros três municípios, sendo dois deles do COREDE Fronteira Noroeste e um do Missões. Em dois destes é expressiva a queda, pois os percentuais saem de 66% e 45%, no início da década, para 45% e 39%, respectivamente, ao final da década. Nestes municípios pode-se inferir que as políticas sociais são preteridas em função de outras prioridades estabelecidas pelos gestores públicos. Estes mesmos dois municípios são, ao final da década de 2000, os que menos investem, em termos percentuais, recursos do fundo público em políticas sociais entre todos os quinze municípios pesquisados.

A tendência dominante nos outros nove municípios apontou para um certo equilíbrio entre o crescimento do total do fundo público disponível e o crescimento dos montantes e percentuais aplicados nas políticas sociais. É importante ressaltar que, ao final da década, 12 municípios aplicavam mais do que 50% dos recursos do fundo público disponível em políticas sociais, com predominância absoluta das áreas de educação e saúde, em consonância com a legislação vigente e em sintonia com as características da formação sócio histórica da região.

Buscando elucidar a questão posta inicialmente para a elaboração deste artigo detalha-se, na sequência, os indicadores apresentados em relação ao IDHM, nos municípios pesquisados. Percebe-se que houveram avanços significativos, ao longo da década pesquisada, em termos dos três conjuntos de indicadores (longevidade, educação e renda) que compõem o IDHM, nos quinze municípios investigados, em consonância com o já constatado no estudo apresentado por Rotta, Lago e Hentges (2018). Os melhores indicadores encontravam-se, em 2000, nos dados referentes à longevidade e os piores nos de educação, fato que persiste em 2010, assertiva que também se alinha com o estudo já referenciado. Em 2010, 14 municípios encontravam-se na condição de alto desenvolvimento (0,700 a 0,799) no quesito longevidade, dos quais 12 avançam para muito alto (0,800 a 0,899), em 2010. No caso da educação, em 2000, tem-se 14 municípios na condição de muito baixo desenvolvimento (0 a 0,499), dois quais apenas 5 passam para a condição de médio desenvolvimento (0,600 a 0,699), em 2010, ficando os outros dez ainda na condição de baixo desenvolvimento (0,500 a 0,599).

Os indicadores de renda denotam uma situação intermediária, com concentração, em 2000, na condição de baixo desenvolvimento (11 municípios), avançando para médio desenvolvimento (também 11 municípios), em 2010. Estes indicadores de renda não destoam dos demais municípios da RF7, com características semelhantes, mas não em condições de fronteira com a Argentina.

Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) 2000 - 2010								
Nome do Município	IDHM		Renda		Longevidade		Educação	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
ALECRIM	0,548	0,672	0,576	0,683	0,777	0,852	0,367	0,522
CRISSIUMAL	0,589	0,712	0,610	0,702	0,773	0,835	0,433	0,616
DERRUBADAS	0,573	0,707	0,613	0,664	0,751	0,846	0,409	0,628
DOCTOR MAURÍCIO CARDOSO	0,65	0,706	0,611	0,707	0,790	0,840	0,570	0,593
ESPERANÇA DO SUL	0,498	0,661	0,526	0,665	0,751	0,788	0,312	0,550
GARRUCHOS	0,549	0,671	0,555	0,657	0,775	0,833	0,384	0,553
NOVO MACHADO	0,56	0,663	0,597	0,674	0,777	0,796	0,379	0,543
PIRAPÓ	0,531	0,669	0,536	0,656	0,738	0,824	0,378	0,553
PORTO LUCENA	0,578	0,693	0,591	0,700	0,786	0,827	0,416	0,575
PORTO MAUÁ	0,593	0,698	0,584	0,672	0,777	0,831	0,459	0,608
PORTO VERA CRUZ	0,544	0,69	0,538	0,661	0,770	0,827	0,385	0,600
PORTO XAVIER	0,616	0,723	0,641	0,687	0,801	0,876	0,455	0,628
ROQUE GONZALES	0,567	0,688	0,594	0,687	0,769	0,843	0,399	0,563
SÃO NICOLAU	0,517	0,645	0,549	0,658	0,733	0,778	0,343	0,523
TIRADENTES DO SUL	0,551	0,689	0,577	0,705	0,783	0,815	0,370	0,569

Quadro 02: IDHM Municípios de Fronteira – Região Funcional 7.

Fonte: PNUD (2013). Dados organizados pelos autores.

Procurando identificar correlações possíveis entre aplicação do fundo público nas políticas sociais e indicadores de desenvolvimento, percebe-se que existe relação direta nas áreas de educação e saúde, com repercussões indiretas no caso da renda. Tratando-se de pequenos municípios, nos quais as estruturas de saúde e de educação são predominantemente públicas, a ampliação dos recursos aplicados, como evidenciado anteriormente, tem gerado resultados que se traduzem na melhoria dos indicadores. Olhando especificamente para o caso da longevidade, nota-se que a melhoria neste indicador está ligada ao aumento da expectativa de vida, decorrente das condições gerais de vida, produzidas, especialmente, no espaço local, com atuação expressiva do poder público via programas de saúde da família, assistência materno infantil, acompanhamento de idosos, entre outros. No caso da educação, os avanços mais significativos foram obtidos na Educação Básica, essencialmente suprida pelas escolas municipais e estaduais, tendo os maiores desafios ainda a serem enfrentados em relação à ampliação da permanência dos alunos no ensino médio, a expansão do acesso ao ensino superior e a erradicação do analfabetismo.

Olhando a correlação entre os maiores crescimentos dos valores investidos e os resultados obtidos em termos de indicadores de desenvolvimento, pode-se encontrar uma correspondência direta na maior parte dos municípios analisados. Os cinco municípios que mais ampliaram os percentuais investidos em políticas sociais ao longo do período estão entre os que mais avançaram em termos de indicadores gerais do IDHM. Correlação que não é observada quando se analisa os que mantiveram ou diminuíram os percentuais

investidos, até mesmo porque observando-se os montantes finais, entre o início e o fim da década, percebe-se que todos os quinze municípios ampliaram significativamente os investimentos em políticas sociais. Essa constatação traz ao debate a tese, amplamente propalada nos ambientes acadêmicos e não acadêmicos, de que a qualificação dos indicadores não depende apenas da ampliação dos investimentos, mas que eles são essenciais quando se quer qualificar os indicadores.

5 | CONCLUSÃO

A problemática básica que orientou a elaboração deste artigo foi a perspectiva de compreender se os diferenciais nos indicadores de desenvolvimento, apresentados pelos municípios de fronteira com a Argentina, da Região Funcional 7, na relação com outros municípios da mesma região, com características semelhantes, mas não de fronteira, estão ligados a diferenciais na aplicação do fundo público municipal em políticas sociais ou decorrem de outros fatores explicativos.

O estudo realizado permite inferir que os municípios de fronteira com a Argentina, pertencentes à RF7, apresentam uma tendência semelhante aos demais da mesma região, com características socioeconômicas semelhantes, em termos de comportamento da aplicação do fundo público em políticas sociais e suas possíveis repercussões nos indicadores de desenvolvimento. Apresentam crescimento expressivo nos recursos do fundo público disponível e também nos valores aplicados em políticas sociais, em todos os municípios analisados. Os percentuais aplicados em políticas sociais, na relação com o total disponível, oscilam muito, no período analisado e nos respectivos municípios, mas fica, na grande maioria, acima dos 50% do recurso disponível.

As repercussões da aplicação de recursos do fundo em políticas sociais nos indicadores de desenvolvimento ficam evidente na medida em que se constata a melhoria dos indicadores, com destaque para a saúde e a educação, repercutindo no índice geral do IDHM que cresce em todos os municípios pesquisados. Grande parte desse crescimento possui relação direta com a ação do Estado, via aplicação do fundo público em políticas sociais. Essa tendência também foi observada, em estudos já citados, nos demais municípios com características similares, da mesma região. Porém, alguns diferenciais desses municípios de fronteira ficaram explícitos, principalmente no que se refere aos indicadores de desenvolvimento ligados à educação, concentrando-se no acesso e conclusão do ensino médio e ensino superior e nas dificuldades enfrentadas para a erradicação do analfabetismo.

REFERÊNCIAS

ABDALA, D. C. **Efeitos da receita orçamentária municipal sobre o índice de desenvolvimento humano (IDH): uma análise da realidade brasileira na década de 1990.** 2008. 67 p. Dissertação (Mestrado em Finanças e Economia Empresarial) - Escola de Pós-Graduação em Economia, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008.

ABRUCIO, F. L. Reforma do estado no federalismo brasileiro: a situação das administrações públicas estaduais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, p. 401- 420, mar./abr. 2005.

BANDEIRA, P. S. Contribuição dos COREDES/RS para o debate sobre a política nacional de desenvolvimento regional. In: SILVEIRA, R. L. L. da. (org.). **Observando o desenvolvimento regional brasileiro: processo, políticas e planejamento** [recurso eletrônico]. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Sistema gerenciador de séries temporais v. 2.1 módulo público. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>>. Acesso em: 29 dez. 2017.

BEHRING, E. Crise do capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI, I. et al. **Capitalismo em crise, política social e direitos.** São Paulo: Cortez, 2010. Parte 1.

BÜTTENBENDER, P. L.; SIEDENBERG, D. R.; ALLEBRANDT, S. L. Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) RS: articulações regionais, referenciais estratégicos e considerações críticas. **DRD - Desenvolvimento Regional em Debate**, Ijuí, ano 1, n. 1, p. 81-106, dez. 2011

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional - Sumário Executivo.** 2013.

BRASIL. Ministério da Fazenda – Secretaria do Tesouro Nacional. **FINBRA – Finanças do Brasil – Dados contábeis dos Municípios.** Disponível em: https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/contas-aneis>. Acesso em: 13 abr. 2017.

CASTRO, J. A. Política social e desenvolvimento no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 1011-1042, dez. 2012.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Cidades: Informações.** 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

PAIVA, C. Á.; TARTARUGA, I. P.; ALONSO, J. A. Em busca de uma divisão regional mais compatível com as múltiplas necessidades da pesquisa e do planejamento. In: CONCEIÇÃO, O. A. C. et al. (orgs.). **O ambiente regional: três décadas de economia gaúcha.** Porto Alegre: FEE, 2010.

PEIXOTO, A. B. Fronteira e Integração Regional. In: PÊGO, B. et. al. (orgs.). **Fronteiras do Brasil: diagnóstico e agenda de pesquisa para política pública.** v. 2. Brasília: IPEA: MI, 2017.

PFEIFER, M. O “social” no interior do projeto neodesenvolvimentista. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 746-766, out./dez. 2014.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** Brasília: PNUD, 2013. Disponível em: < <http://www.atlasbrasil.org.br/2013>>. Acesso em: 21 set. 2018.

POCHMANN, M. (org.). **Reestruturação produtiva**: perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social. Petrópolis: Vozes, 2004.

POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Arantes Nasser. 3 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed., Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIO GRANDE DO SUL. **Regiões Funcionais**. Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão, 2018. Disponível em: <<http://planejamento.rs.gov.br/28-regioes>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional. **PERFIS - Regiões Funcionais de Planejamento**. Porto Alegre: SEPLAN-RS/DEPLAN, 2015.

ROTTA, E. Desenvolvimento regional e políticas sociais: um estudo do Noroeste do Rio Grande do Sul na primeira década do século XXI. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 74-91, jan./jul. 2012.

ROTTA, E. **Desenvolvimento regional e políticas sociais no noroeste do estado do Rio Grande do Sul**. 2007. 337 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

ROTTA, E. **A construção do desenvolvimento**: análise de um “modelo” de interação entre regional e global. Ijuí: UNIJUÍ, 1999.

ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L.; HÖFLER, C. E. A presença dos princípios do cooperativismo no Noroeste do Rio Grande do Sul: revisitando a tradição histórica. In: CORAZZA, G.; RADIN, J. C. (org.). **Fronteira Sul – ensaios socioeconômicos**. Florianópolis: Editora Insular, 2016.

ROTTA, E.; LAGO, I. C.; ROSSINI, N. Disputa pelo Fundo Público Municipal: as políticas sociais na trajetória de duas décadas no Noroeste do Rio Grande do Sul. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 495-510, ago./dez. 2017.

ROTTA, E.; LAGO, I. C.; HENTGES, C. Políticas sociais em pequenos municípios: fundo público como diferencial no desenvolvimento. **Anais 6º Encontro Internacional de Política Social; 13º Encontro Nacional de Política Social. Vitória (ES), 04-07 de jun. 2018**.

SALVADOR, E. Fundo Público e o financiamento das Políticas Sociais no Brasil. **SERV. SOC. REV.**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 04-22, jan./jun. 2012.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. del P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Penso, 2013.

STENNER C. As diversas fronteiras brasileiras. In: PÊGO, B. et. al. (orgs.). **Fronteiras do Brasil**: diagnóstico e agenda de pesquisa para política pública. v. 2. Brasília: IPEA: MI, 2017.

VIEIRA, M. M. F. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. In: VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. (orgs.). **Pesquisa qualitativa em administração**. 2 ed. [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ZARTH, P. **História agrária do planalto gaúcho 1850 – 1920**. Ijuí: UNIJUÍ, 1997.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração Pública 1, 2, 3, 4, 5, 6, 10, 11, 12, 26, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 108, 147, 155, 156, 157, 221, 226, 251

Agricultura Familiar 14, 17, 125, 175, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192

Amazônia 171, 172, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 251

Assistência Social 74, 82, 83, 85, 86, 87, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 101, 103, 105, 125, 154, 212, 215

Avaliação 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 37, 38, 77, 90, 111, 113, 114, 118, 147, 155, 164, 169, 175, 176, 178, 194, 195, 196, 201, 206, 207, 251

B

Biodiesel 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193

Brasil 11, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 22, 25, 28, 32, 33, 36, 39, 42, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 55, 57, 58, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 80, 81, 83, 86, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 102, 103, 105, 107, 108, 109, 110, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 130, 131, 132, 133, 137, 138, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 154, 155, 157, 161, 165, 166, 171, 173, 174, 177, 179, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 193, 207, 213, 214, 215, 221, 222, 223, 224, 226, 228, 229, 230, 231, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 247, 249, 250

C

Capacitação 20, 94, 111, 112, 113, 114, 115, 128, 129, 160, 167, 168, 176, 226, 229, 232

Capital Humano 3, 4, 11, 17, 28, 52, 53, 55, 61, 62, 63, 68

Capitalismo 75, 76, 77, 78, 79, 83, 124, 221

Cidadania 23, 24, 32, 83, 84, 86, 87, 97, 156, 157, 162, 168, 169, 223, 224, 226, 232, 235, 236, 237, 239, 240, 241, 247, 251

Cidade 7, 31, 114, 120, 125, 128, 141, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 159, 161, 168, 238, 244

Controle Social 23, 24, 25, 31, 32

Cooperação 13, 14, 35, 43, 44, 47, 49, 93, 103, 121, 139, 168, 189, 202, 223, 224, 229, 230, 231, 233

D

Desenvolvimento 3, 9, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 21, 22, 25, 27, 28, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 52, 55, 60, 69, 70, 71, 78, 85, 89, 90, 92, 93, 94, 96, 103, 104, 112, 114, 115, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135,

136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 150, 154, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 189, 190, 192, 194, 197, 198, 199, 202, 203, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 220, 221, 222, 231, 234, 239, 251

Desigualdade 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 76, 122, 126, 149, 214

E

Economia Criativa 23, 25, 27, 28, 30, 32, 33

Economia Solidária 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 170, 172

EMBRAPA 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 193, 196, 200, 207

Extensão Rural 175, 179, 182, 183, 184, 187, 189, 190, 191, 192, 193

F

Família 73, 74, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 87, 100, 127, 178, 186, 187, 219, 225, 229, 230, 231, 235, 236

Formulação 18, 23, 24, 26, 31, 37, 38, 48, 87, 90, 140, 147, 148, 153, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 180, 185, 186

Fronteira 167, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 241, 242, 247, 248

Fundo Público 209, 212, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222

G

Gestão Pública 1, 5, 10, 13, 14, 15, 20, 23, 24, 25, 31, 34, 50, 103, 131, 146, 161, 169, 251

Governança 111, 112, 113, 114, 118, 119, 140, 174, 181, 222

H

Habitação 80, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 212, 215

I

Implementação 7, 18, 19, 23, 24, 26, 29, 31, 34, 35, 37, 38, 39, 42, 44, 45, 46, 48, 93, 112, 113, 114, 115, 116, 119, 127, 133, 136, 139, 140, 142, 146, 147, 148, 152, 153, 155, 167, 169, 171, 172, 173, 177, 178, 179, 180, 182, 184, 185, 189, 190, 191, 193, 206, 226

Inclusão 91, 121, 122, 123, 130, 137, 146, 154, 163, 181, 182, 183, 185, 186, 188, 191, 192, 222, 226

Inovação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 45, 158, 168, 172, 174, 175, 180, 251

Interdisciplinaridade 85, 87, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 97

M

Mediação 37, 124, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234

Mercado de Trabalho 53, 56, 58, 59, 61, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 81, 82, 126, 127, 166

Município 23, 24, 25, 29, 30, 31, 32, 40, 41, 48, 130, 140, 160, 161, 184, 186, 188, 207, 214, 241, 243

N

Nordeste Brasileiro 132, 133

O

Organizações da Sociedade Civil 111, 112, 113, 114, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 129

P

PAC 145, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155

Periferia 149, 156, 158, 159, 169

Planejamento 7, 8, 21, 27, 29, 69, 71, 72, 109, 110, 112, 137, 140, 141, 144, 149, 150, 153, 154, 166, 168, 178, 210, 221, 222, 239

PNPB 183, 184, 185, 186, 191, 193

Política Pública 23, 24, 28, 30, 31, 34, 37, 39, 40, 41, 43, 44, 46, 48, 50, 90, 120, 122, 123, 129, 130, 135, 142, 146, 149, 151, 172, 176, 177, 185, 186, 188, 189, 191, 194, 195, 199, 203, 205, 206, 221, 222, 224, 232

Políticas Culturais 27, 156, 157, 159, 161, 169

Políticas Sociais 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 83, 84, 90, 97, 123, 154, 209, 211, 212, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222

Previdência Privada 98, 99, 101, 102, 106, 107, 108

Previdência Social 86, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 106, 107, 108, 109, 110

Programa de Regionalização do Turismo 132, 133, 138, 142

Proteção Social 73, 74, 78, 79, 82, 83, 84, 87, 90, 91, 92, 96, 103, 104, 105, 131, 216

R

Reformas Previdenciárias 99, 102, 103

Registro Tardio 235, 236, 237, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250

Renda 17, 27, 30, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 76, 81, 99, 100, 107, 120, 121, 122, 123, 124, 128, 129, 130, 133, 138, 139, 149, 150, 152, 163, 166, 168, 172, 177, 178, 179, 183, 185, 186, 200, 203, 216, 218, 219

Rota das Emoções 132, 133, 134, 137, 138, 139, 140, 141, 142

S

Seguridade Social 86, 101, 103, 104, 105, 109

SENAES 122, 123, 124, 125, 129

SUAS 5, 8, 9, 18, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 35, 42, 46, 48, 49, 50, 53, 57, 74, 75, 76, 78, 79, 82, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 106, 112, 114, 121, 123, 126, 127, 136, 143,

146, 148, 151, 153, 154, 158, 160, 164, 165, 171, 173, 179, 186, 187, 188, 190, 194, 195, 209, 212, 217, 220, 230, 233, 235, 236, 237, 238, 239

Sustentabilidade 26, 109, 111, 112, 113, 118, 126, 141, 142, 160, 168, 171, 172, 174, 178, 180, 194, 195, 196, 197, 201, 208

T

Trabalhadores 33, 51, 54, 56, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 66, 67, 78, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 95, 96, 98, 100, 102, 108, 120, 121, 122, 125, 127, 128, 129

Trabalho Interdisciplinar 85, 87, 91, 92, 93, 96, 97

Turismo 27, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144

U

Urbanização 138, 145, 148, 149, 151, 152

Z


Zoneamento 175, 177, 179, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 203

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 